

EDITORIAL

Alguns dos autores “editados” neste número alertam o leitor para o fato de que nunca se falou tanto de ética como agora, num desandar de palavras que a transformam, frequentemente, em mais um produto de consumo no concorrido mercado das idéias, ou em uma retórica legitimadora dos desmandos do poder.

Para os intelectuais engajados em desvendar o jogo de máscaras em que se oculta e se perpetua a brutal luta dos interesses e das vaidades, esta constatação constitui-se em mais um motivo para reabilitar a importância da moral na constituição de uma vida justa e livre, resgatando, para isso, a grande tradição clássica e contemporânea do pensamento voltado a compreender seus fundamentos.

Tendo presente a relevância e urgência deste desafio, o Comitê de Redação de *Educação & Sociedade* escolheu, para o número especial de 2001, a temática das relações entre ética, sociedade e educação no mundo contemporâneo, na esperança de trazer uma contribuição teórica e política para um debate fundamental, numa conjuntura onde a crise dos conteúdos ideais que inspiraram a “era das revoluções” tem seu correlato no conformismo diante da mutilação, ou até mesmo destruição, física e espiritual de grandes contingentes de seres humanos.

Diferentes e divergentes na escolha e enfoque de temas e autores e no viés interpretativo, os textos reunidos neste número têm em comum o empenho em repensar os caminhos percorridos pelo pensar e agir humanos na busca de uma “boa vida” comum, confrontando-os com as exigências de reflexão e renovação postas pela conjuntura atual aos estudiosos da sociedade e aos educadores.

Alguns se concentram no exame da crise de valores por que passamos: tendo como referencial o debate e as polarizações entre o ideário frankfurtiano e os chamados pós-modernos, discutem-na, também, à luz das grandes doutrinas éticas do mundo antigo e da modernidade, buscando checar os limites e o alcance de sua herança na sociedade e educação contemporâneas. Outros enfocam e procuram delimitar as dificuldades de conceituar – e efetivar – o direito de todos os homens a

uma vida digna, em um mundo marcado, de um lado, por um assustador crescimento das desigualdades materiais e espirituais entre classes, países e continentes, e, de outro, por oposições frequentemente irreconciliáveis entre fundamentalismos étnicos e religiosos.

Diante da impossibilidade de abordar a variedade de temas e pontos de vista trazidos pelo conjunto dos artigos no espaço de uma apresentação, limitamo-nos a indicar alguns problemas “gerais” que, a nosso ver, são tematizados e discutidos neles.

O primeiro, posto pelos efeitos da “globalização” da economia e cultura mercantis, diz respeito à possibilidade de sobrevivência do sujeito moral autônomo, capaz de ordenar a ação pelo critério da igualdade de direitos e deveres, num universo em que o caráter pragmático e utilitário das relações com a natureza e com o outro tende a tornar-se o horizonte do pensar e do sentir.

No debate dessa questão, são tematizados, aqui, os sofisticados mecanismos do poder econômico e político voltados a esvaziar as formas tradicionais de resistência e, sobretudo, os meios de manipulação simbólica das consciências, que tendem a reduzi-las à sua dimensão positiva, legitimadora do *status quo*. Camuflando a massificação dos pensamentos e dos desejos na valorização exacerbada da personalidade livre, autêntica e única, a “indústria cultural” torna-se cada vez mais eficaz nas sociedades “pós-modernas”, contribuindo para enfraquecer as “funções críticas e utópicas” da razão humana, fundamentais na construção histórica da auto-determinação moral.

No entanto, esta constatação não deve fazer perder de vista o caráter complexo e multifacetado do mundo contemporâneo, onde a tensão entre liberdade e determinação, legitimação e recusa, revelam-se na permanente articulação – e desencontro – entre a crítica construída no terreno teórico e as práticas de resistência concreta e discursiva geradas no “mundo vivido”.

O outro tema nuclear configurado pela leitura dos textos refere-se à necessidade de reavaliar e “re-significar” as grandes idéias de liberdade, igualdade e cooperação gestadas no bojo das profundas transformações sociais e intelectuais trazidas pelo advento da modernidade, baseadas na crença da capacidade da razão humana de erguer uma ordem social e moral universalmente válida sobre o pacto dos interesses. O empenho em superar o fundamento individualista deste ideário – inicialmente nascido no terreno da teoria e da prática políticas, pelo menos desde a tradução em “políticas públicas”, pelos jacobinos, das críticas e proposições

alternativas de Jean-Jacques Rousseau ao liberalismo das luzes até o entrelaçamento entre as revoluções sociais e as utopias anti-capitalistas do século XIX – desloca-se, hoje, para o terreno da investigação e ação éticas, em defesa da vida. Com efeito, numa conjuntura nova para os que aprenderam a decodificar a realidade na ótica da oposição entre capitalismo e socialismo, o debate em torno dos direitos humanos configura um caminho fértil para apreender a dramática e paradoxal convivência entre a universalização do espírito mercantil e o enrijecimento dos fundamentalismos, e para *esclarecer* as relações entre a autonomia das comunidades e a dos indivíduos, entre liberdade pessoal e política e igualdade e cooperação social, entre os “males” da colonização de culturas e nações e os da passividade diante dos crimes cometidos em nome de sua “soberania”.

Inscrevendo-se na interseção dessas temáticas, os textos sugerem que, hoje, o exercício da crítica teórica centra-se menos no esforço de delineamento e construção de um modelo societário alternativo e mais na investigação, seja das orientações econômicas e políticas responsáveis pela tortura dos corpos e mentes de milhões de seres humanos, seja dos mecanismos de “violência simbólica” dirigidos a perpetuar a obediência “natural” a esta situação. Esta “obra” da teoria, ao encontrar-se com as ações e discursos de resistência emersos do “mundo vivido”, gera formas horizontais de comunicação e debate, essenciais na construção de parâmetros morais para uma “boa vida”.

Uma das perguntas colocadas neste contexto é a que diz respeito ao papel da educação e, em especial, da educação escolar. A crise de suas funções tradicionais, tanto na formação de habilidades e transmissão de saberes, quanto na reprodução dos valores morais dominantes, já amplamente contestadas pelas lutas estudantis dos anos 60, põe hoje os educadores diante de desafios que, também nesta área, não podem ser equacionados no interior dos contornos ideológicos que definiam o embate naquele período.

Os nossos autores parecem convergir, a partir de diferentes tratamentos e interpretações, em reconhecer a necessidade, para a escola, de deixar de lado a perspectiva de transmissão de um modelo de vida unitário e coerente, em favor de uma indagação contínua, e aberta à “elaboração do estranhamento”, das novas configurações assumidas pelo problema de criar um mundo onde liberdade e igualdade se realizem na convivência e no diálogo entre diferenças individuais, culturais e étnicas.

Aceitar este desafio não significa, para a escola, abandonar radicalmente o papel de formadora de habilidades e de transmissora de

conhecimentos, mas de reformulá-lo – e relativizá-lo – pela redescoberta da capacidade humana de pensar e imaginar além do dado, na perspectiva de uma renovação intelectual e ética.

Embora, como diz um dos autores, a escola não seja o lugar privilegiado para a aprendizagem ética, realizada, sobretudo, no convívio social e na experiência política, no entanto, sua participação neste processo pode dar-se pela retomada do ensino socrático do questionamento e do diálogo, ferramentas fundamentais para a luta da “reta” razão contra a força e a mentira, e para sua incessante busca de uma vida comum livre e feliz, fundada na amizade, na temperança e na justiça.

Finalizamos agradecendo calorosamente aos membros dos conselhos Nacional e Internacional que deram uma colaboração essencial para a publicação desta Revista.

Elizabeth de Almeida Silveiras Pompeo de Camargo

Ivany Rodrigues Pino

Patrizia Piozzi

Romualdo Portela de Oliveira

Valdemar Sguissardi

ORGANIZADORES